

Trabalho de Graduação

Curso de Geografia



**Usina sucroenergética: estudo sobre a dinâmica agrária e a atuação do agronegócio no município de Tanabi/SP.**

**Matheus Galvani Lofrano**

**Orientador:** Prof. Dr. Samuel Frederico

Rio Claro, 2017

Trabalho de Graduação  
Curso de Graduação em Geografia

USINA SUCROENERGÉTICA: UM ESTUDO SOBRE A DINÂMICA  
AGRÁRIA E A ATUAÇÃO DO AGRONEGÓCIO NO MUNICÍPIO DE  
TANABI/SP.

Rio Claro (SP)

2017

## Sumário

|  |           |
|--|-----------|
| <b>Introdução:</b> .....   | <b>7</b>  |
| <br><b>Capítulo 1: Histórico da financeirização da empresa</b>                                 |           |
| <i>1.1 - Tereos, a empresa</i> .....   | <b>9</b>  |
| <i>1.2 - Geração de valor ao acionista</i> .....   | <b>11</b> |
| <i>1.3 - Governança corporativa</i> .....  | <b>11</b> |
| <br><b>Capítulo 2: Implantação da empresa em Tanabi e especialização territorial produtiva</b> |           |
| <i>2.1 - Fatores intrínsecos à produção de cana-de-açúcar</i> .....                            | <b>15</b> |
| <i>2.2 - Especialização territorial produtiva da região</i> .....                              | <b>17</b> |
| <br><b>Capítulo 3: Arrendamentos</b>   |           |
| <i>3.1 – A prática do arrendamento</i> .....   | <b>20</b> |
| <i>3.2 - Diretrizes dos contratos</i> .....  | <b>22</b> |
| <br><b>Capítulo 4: A atuação do Estado</b>   |           |
| <i>4.1 - Criação dos veículos flex fuel</i> .....  | <b>25</b> |
| <i>4.2 - Tendência monopolista estimulada pelo Estado</i> .....                                | <b>27</b> |
| <b>Conclusão</b> .....   | <b>32</b> |

**Lista de imagens:**

- Tereos/Guarani - Unidade de Tanabi, Tanabi/SP. Foto retirada do site da empresa sem data.
- Tereos/Guarani - Unidade de Tanabi, Tanabi/SP. Foto retirada do site da empresa sem data.
- Quadro das diferenças da agricultura local e do agronegócio. Retirado do trabalho: “Dinâmicas recentes do setor sucroenergético no Brasil: competitividade regional para o bioma Cerrado”, Ricardo Castillo, 2015.
- Armazém de açúcar 1, foto retirada do site da empresa, 2016 - Tanabi.
- Armazém de açúcar 2, foto retirada do site da empresa, 2016 - Tanabi.
- Armazém de açúcar 3, foto retirada do site da empresa, 2016 - Tanabi.

**Lista de Tabelas:**

- Tabela 1: Composição da participação acionária na Tereos Internacional, em 16 de Julho de 2015, retirado do site da empresa, [tereosinternacional.com.br](http://tereosinternacional.com.br); pág. 13.
- Tabela 2: Área plantada em hectares de cana-de-açúcar, IBGE, 2017; pág. 18.
- Tabela 3: Área plantada de cana-de-açúcar em comparação com outras culturas na região de Tanabi, IBGE, 2017; pág. 18.
- Tabela 4: Quantidade produzida de cana-de-açúcar, de 2005 a 2015, IBGE, 2017; pág. 19.
- Tabela 5: A explosão dos veículos flex no Brasil, Boletim mensal dos combustíveis renováveis, 4/2012; pág. 27.
- Tabela 6: Produção brasileira de cana-de-açúcar, etanol e açúcar – de 2003/2008: Ministério da agricultura e abastecimento. 2017; pág. 28.

**Lista de Mapas:**

- Município de Tanabi no Estado de São Paulo.
- Pequeno mapa da oitava região administrativa do Estado de São Paulo, da qual Tanabi faz parte.

## Introdução

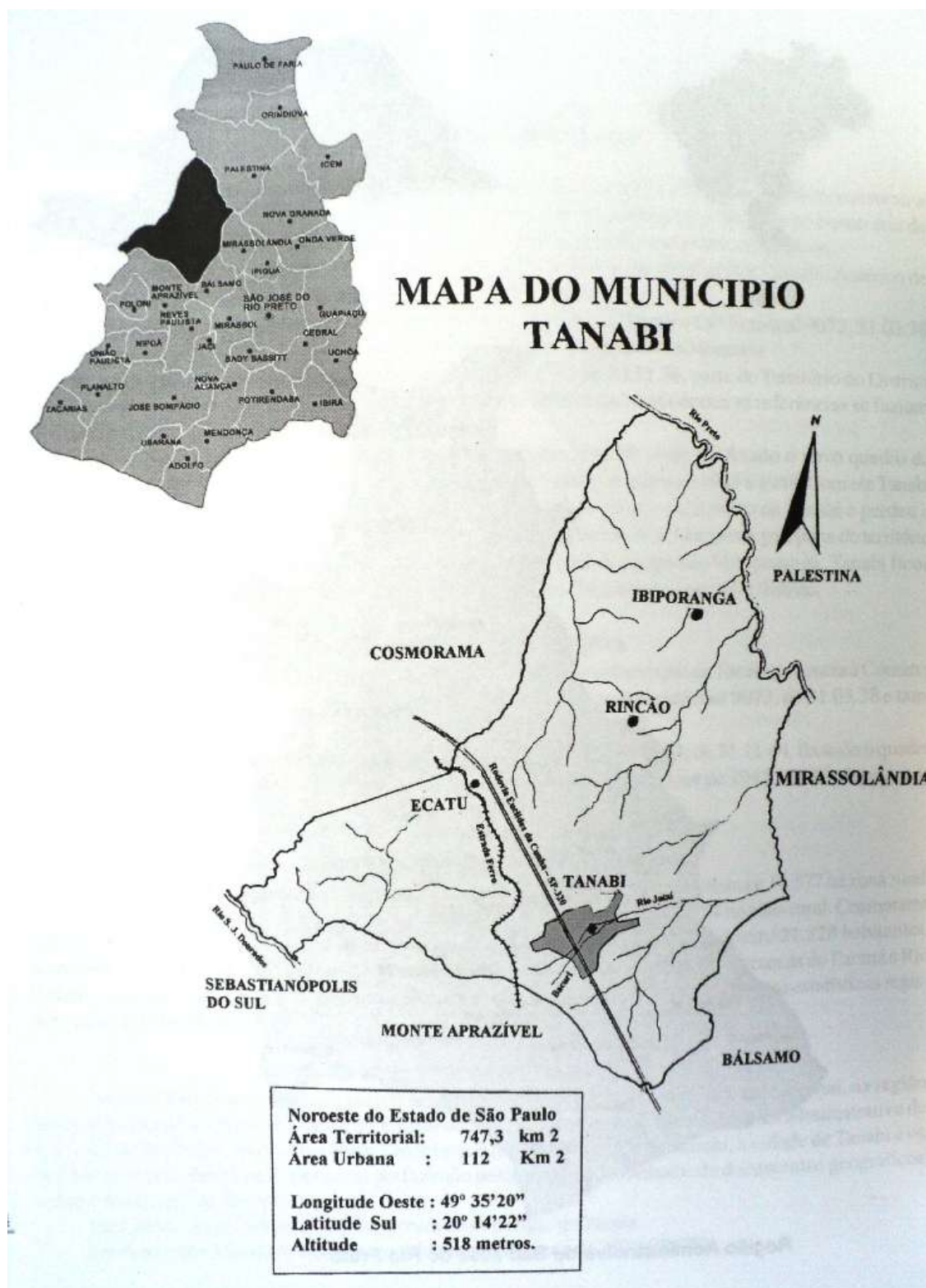
Destacar a mudança do espaço na região de Tanabi é fato de real importância, isso porque as práticas do grande capital e o agronegócio, muitas vezes passam discretas diante da população, que acaba sofrendo com a mudança brusca das relações e transformações espaciais regionais. A cidade se encontra no noroeste do interior do estado de São Paulo. A usina Guarani/Tereos-Tanabi está na verdade, situada em um distrito do município chamado de Ibiporanga. Nos dados do último CENSO do IBGE em 2010, em pleno auge do trabalho agrícola nos latifúndios de cana-de-açúcar causado pela vinda da empresa Guarani/Tereos em 2006, a cidade estava com 24.055 mil habitantes. O objetivo central da pesquisa é analisar o modo de espacialização produtiva da cana-de-açúcar no município de Tanabi/SP. A empresa francesa descobriu a partir da decisão governamental de seu país em 2001, em que cessava os subsídios à produção de açúcar pela beterraba, que a produção de açúcar pela cana em países emergentes ou de subperiferia, era viável e rentável.

Município de Tanabi - Estado de São Paulo.



Fonte: IBGE

Pequeno mapa da oitava região administrativa do Estado de São Paulo, da qual Tanabi faz parte.



Fonte: Sebastião Almeida de Oliveira, Separata do volume XXXVI do Instituto histórico e geográfico de São Paulo, 1939.



## Capítulo 1: Histórico da financeirização da empresa

As transformações agrárias contemporâneas, como praticamente qualquer setor do sistema econômico vigente, também são totalmente moldadas pelo capital. Há por trás uma mistura de interesses e preocupações em torno da tão discutida segurança alimentar, da segurança energética (combustível), com as mudanças climáticas (naturais ou não), da recente crise financeira de 2008, e da alta demanda de recursos naturais e commodities de centros tradicionais de capital. O Brasil, como todos os outros países emergentes (BRICS), adotou o negócio das commodities agrícolas como base de sua economia, justamente por ter histórico de caráter exportador, definindo o lugar do país na DIT (Divisão Internacional do Trabalho).

### **1.1 - Tereos, a empresa;**



Logo da empresa francesa, controladora do açúcar Guarani.

A Tereos Internacional é uma empresa multinacional que transforma cana-de-açúcar, cereais em açúcar, amido, etanol e álcool como sede em Lille, França. A empresa produz também energia e outros coprodutos que são derivados do processamento da cana-de-açúcar, cereais e tubérculos. O grupo possui unidades de processamento de cana-de-açúcar no Brasil, Ilha da Reunião e Moçambique e unidades de processamento na França, Bélgica, Itália, Espanha, Reino Unido, Brasil, China e Indonésia. A multinacional francesa é a 2ª maior produtora de amido de trigo na Europa e a 3ª maior produtora de açúcar no Brasil, dados encontrados no próprio site da empresa.

O grupo Guarani/Tereos tomou frente do projeto em Tanabi/SP em Outubro de 2006, e cerca de um ano depois, ao final de outubro de 2007, a usina fora inaugurada para produzir açúcar, etanol e energia elétrica. Com 990 funcionários, a unidade atualmente pode processar 1,8 milhões de toneladas de cana por ano. No final de 2017, a expectativa é de 100% da colheita mecanizada, segundo informações do site da empresa.

*Guarani/Tereos - Unidade Tanabi*



**Fonte: [tereosinternacional.com.br](http://tereosinternacional.com.br)**

*Guarani/Tereos - Unidade Tanabi*



**Fonte: [tereosinternacional.com.br](http://tereosinternacional.com.br)**

A empresa abre seu capital em 2010, na BM&FBovespa S.A. com grandes expectativas pelo mercado brasileiro, estimulado pelo governo petista, com subsídios e renegociação de dívidas para usinas privadas, segundo a página de economia do Estadão.

*"A Tereos Internacional contempla captar recursos por meio de uma oferta pública de ações tanto na BM&FBovespa no Brasil quanto na NYSE Euronext Paris, na França, após a conclusão da reorganização societária e o registro da Tereos Internacional como uma companhia aberta, sujeita às condições do mercado", diz na nota publicada no jornal em 29 de Março de 2010.*

### **1.2- Geração de valor ao acionista;**

A flexibilidade dos usos das culturas e de mercadorias como a cana-de-açúcar, bem como sua variedade de aplicações, desperta a atenção do grande capital. A cana-de-açúcar tem múltiplos usos orientados a alimentos, e também é famosa por ser base e iniciar as pesquisas relacionadas ao bioetanol moderno (CASTILLO, 2015). Com a finalidade de lucro através da flexibilização que a cana apresenta, altera-se necessariamente a forma de como investigar a economia política dessas culturas e commodities: como e em que medida a acumulação de capital, as relações sociais e as relações de poder estão relacionadas. Dois pontos chamam atenção:

Primeiro, uma existência articulada em que, de um lado estão atividades tecnológicas e organizacionalmente modernas tanto no segmento agrícola quanto no industrial e, de outro, formas de trabalho arcaicas e precárias (também a superexploração da força de trabalho); e segundo, a expansão do segmento agrícola baseada num crescimento horizontal (através do *plantation* de novas áreas) do que vertical (aumento do rendimento), causando um enorme desequilíbrio ambiental regional.

### **1.3 - Governança corporativa;**

A governança corporativa envolve um conjunto de relações entre a administração de uma empresa, seu conselho de administração, seus acionistas e outras partes interessadas. O processo também proporciona a estrutura que define os objetivos da empresa e a maneira de atingir estes objetivos e fiscalizar o desempenho.

Depois de 6 anos na bolsa, em setembro de 2016, a Tereos Internacional anuncia que não seria mais uma empresa da categoria "A", ou seja, de capital aberto, e que a partir da daí suas ações estariam fechadas e inegociáveis na Bovespa. A multinacional por meio dessa nota comunicou:

*"São Paulo, 29 de setembro de 2016 - Tereos Internacional SA ("Tereos Internacional "ou" Companhia"), com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1663, 13º andar, bairro Pinheiros, CEP 01452-001, inscrito no CNPJ / MF sob o número 11.566.501 / 0001-56, nos termos da Instrução nº 358 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada, informa os acionistas E o mercado em geral que, nesta data, a CVM, através da Carta Oficial 345/2016 / CVM / SEP / GEA-2, aprovou o cancelamento do registro como empresa pública na categoria "A" da Tereos Internacional, após a conformidade Com todas as disposições legais e regulamentares aplicáveis e a conclusão bem sucedida do leilão da oferta pública de aquisição de ações ordinárias emitidas em 25 de agosto de 2016 ("Leilão"). Como resultado da aprovação do cancelamento do registro como um contrato público Empresa, Tereos Internacional terá h Pode tornar-se uma empresa privada e suas ações não serão mais negociadas na BM & FB*

*Bovespa S.A. - Bolsa de Valores, Commodities e Futuros. Lembramos aos atuais acionistas da Companhia que, até 26 de novembro de 2016, poderão apresentar um pedido ao Banco Bradesco SA para a Tereos Participations SAS, por meio de sua subsidiária Tereos Agro-Industrie SAS, para adquirir suas ações, recebendo em troca o mesmo Valor oferecido para*

*Acionista no Leilão, em moeda nacional, ajustado pela variação do Sistema Especial de Liquidação e Taxa de Custódia do Banco Central do Brasil, publicado pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades de Mercado Financeiro e de Capitais, de 30 de agosto de 2016 a Data de efetividade, Que deverá ocorrer o mais tardar na data efetiva de pagamento, que deverá ocorrer no prazo máximo de 15 (quinze) dias após o pedido do titular para vender suas ações. Para perguntas sobre o processo de oferta de estoque durante o período pós-leilão, entre em contato com a equipe de relações com investidores da Tereos International.*

*Marcus Erich Thieme  
Diretor de Relações com Investidores "*

*- Reportagem do Valor Econômico, 30/9/2016.*

Tabela 1: Composição da participação acionária na Tereos Internacional, em 16 de Julho de 2015.

| Pais   | Acionista             | Ações             | %              |
|--------|-----------------------|-------------------|----------------|
| França | Tereos Agro-Industrie | 8.610.391         | 52,65%         |
| França | Tereos Participations | 2.163.145         | 13,23%         |
| Brasil | Tereos do Brasil      | 645.923           | 3,95%          |
| Brasil | Administradores       | 868               | 0,01%          |
| Brasil | Ações em Circulação   | 4.934.074         | 30,16%         |
|        | <b>Total</b>          | <b>16.354.401</b> | <b>100,00%</b> |

Fonte: Governança corporativa, composição acionária, tereosinternacional.com.br.

## Capítulo 2 – Implantação da empresa em Tanabi e especialização territorial produtiva;

A tabela a seguir, bem como a inspiração para o próximo tópico, foi buscada no trabalho; *Dinâmicas recentes do setor sucroenergético no Brasil: competitividade regional para o bioma Cerrado*, Ricardo Castillo, que expõe o choque de realidades presentes.

Quadro das diferenças da agricultura tradicional e do agronegócio:

|                      | CAMPO TRADICIONAL  | CAMPO MODERNO  |
|----------------------|--|--|
| AGENTES              | Povos (nações) e populações tradicionais do Cerrado  | Agricultores modernizados ("gaúchos"), <i>tradings</i> agrícolas, agroindústrias, comerciantes e prestadores de serviços especializados, agentes financeiros, empresas de compra e arrendamento de terras, <i>landgrabbers</i> etc.                            |
| RELAÇÕES SOCIAIS     | Predomínio de relações rurais e de uma lógica endógena e diversificada, interna ao lugar / região  | Predomínio de relações urbanas e de uma lógica exógena e padronizada, externa ao lugar / região  |
| RELAÇÕES COM A TERRA | Ancestral; comunitária   | Propriedade absoluta; terra como mercadoria  |
| REGIÃO               | Tradicional: relações intrínsecas entre uma população e uma porção do bioma (fitofisionomia); grande diversidade de costumes, traços culturais, formas de produção. Maior autonomia regional | Competitiva: porções do espaço que reúnem condições materiais e organizacionais capazes de conferir maior rentabilidade a determinados setores econômicos; inserção competitiva nos mercados internacionais; especialização produtiva regional; logística etc. |
| TENDÊNCIA            | Desaparecimento, recuo, reinvenção, resistência; proteção institucionalizada (unidades de conservação, territórios quilombolas, reservas indígenas)  | Expansão   |

(CASTILLO, 2015)

A competitividade deve ser entendida como resultado das ações dos agentes econômicos, das características de sua indústria, bem como dos fatores sistêmicos (COUTINHO; FERRAZ, 1994). A competitividade dos agentes também depende das características locais, do fornecimento de bens e serviços públicos e coletivos e das políticas macroeconômicas e industriais, sejam elas verticais ou horizontais, por parte do Estado, que se apresenta como agente normativo. Com relação aos

investimentos estatais no setor sucroenergético, através do BNDES, será destacado posteriormente no quarto capítulo do trabalho.

A implantação da empresa no município de Tanabi causou algumas mudanças no ambiente local. A Unidade de Tanabi não tinha até então uma infraestrutura preparada para o fluxo intenso de caminhões, faz a diferença para a boa sincronia da produção regional, sem afetar a realidade da população que usufrui das mesmas vias que pelo grande ciclo de veículos de carga, não duram muito tempo e esburacavam rapidamente. Fato que evidencia a falta de planejamento público.

### **2.1 - Fatores intrínsecos à produção;**

A disposição espacial do setor sucroenergético é influenciada por, basicamente, cinco características:

- 1-) como estocar a matéria-prima;
- 2-) cogeração de energia elétrica;
- 3-) flexibilidade produtiva das usinas/destilarias;
- 4-) o ciclo vegetativo e econômico da cana-de-açúcar;
- 5-) queima da palha da cana-de-açúcar.

(CASTILLO, 2015)

A proximidade entre as áreas de cultivo e a unidade industrial também é de suma importância; calcula-se que a usina deve estar situada no centro de um círculo ocupado por canais, cujo raio seria de 40 a 50 km em média (CASTILLO, 2013; CONAB, 2013; SAMPAIO, 2015; PINHEIRO, 2015). A cana-de-açúcar é uma cultura particular, pois não pode ser armazenada. Após a colheita (manual ou mecanizada) ela começa a se degradar e deve ser imediatamente processada nas usinas.

Apesar da distância física, o mais importante é a distância medida em custo e em tempo. O abastecimento local das usinas é um elemento central da organização produtiva. Uma das maiores características da cultura da cana-de-açúcar, ainda mais nos moldes em que espacializada no interior de São Paulo, leva a uma monocultura monopolista; ou seja, uma vez que a indústria tenha sido implantada, necessariamente vai haver o cultivo exacerbado da cana-de-açúcar nas proximidades, com terras controladas pela usina através dos contratos.

Um estudo feito pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto (FEARP) da USP, com a coordenação do professor Marcos Fava

Neves, aponta que o setor sucroenergético no Brasil (responsável por mais de 50% das exportações mundiais de açúcar) movimentou US\$ 87 bilhões por ano, ou 4,6% do PIB nacional. Somente as vendas de bens finais (etanol, açúcar, bioeletricidade, levedura e aditivo e crédito de carbono, entre outros) representam 1,5% do PIB ou US\$ 28,1 bilhões.

A cultura canavieira é muito frágil com relação ao seu perecimento. É impossível seu armazenamento por longos períodos. O transporte a longas distâncias da cana-de-açúcar se torna inviável logisticamente. (CASTILLO, 2015) Por isso, as empresas produtoras de açúcar e etanol, teoricamente, têm que se empenhar para assumir o controle de terras próximas através da compra, do arrendamento ou de contratos de terceirização, para garantir o abastecimento de matéria-prima, podendo afetar o preço das terras dentro de sua área de atuação, constituído pelas variáveis numeradas acima. Ciclo vegetativo-econômico da cana-de-açúcar Apesar de classificada como cultura temporária pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na verdade, é uma cultura semiperene. Sua renovação a cada cinco ou seis anos é praticamente obrigatória, uma vez que, depois da quinta rebrota em média a produtividade (rendimento) cai a um nível que acaba tornando mais vantajoso economicamente investir no replantio do que colher a sexta rebrota. (GOES; MARRA, 2009)

A substituição do termo "sucroalcooleiro" por "sucroenergético" tem uma dupla justificativa: primeiro o abastecimento de veículos, seja através do etanol hidratado, seja através do etanol anidro adicionado à gasolina; segundo, a produção de bioeletricidade a partir do bagaço da cana.

A flexibilidade produtiva das unidades agroindustriais aparece como outra característica marcante do setor sucroenergético. É a possibilidade de direcionar a matéria-prima, dentro de uma mesma unidade produtiva, para fabricar açúcar (diversos tipos), etanol anidro (adicionado à gasolina em diferentes quantidades e insumo para diversas indústrias químicas) ou etanol hidratado (utilizado diretamente como combustível) (CASTILLO, 2015).

Com isso, os investidores das agroindústrias têm menos chance de uma crise específica, tais como oscilações do preço do açúcar nas bolsas de mercadorias, decisões da Organização Mundial do Comércio, decisões de governos nacionais ou regionais sobre adição de etanol anidro à gasolina, subsídios à produção de açúcar de beterraba nos países centrais, restrições à importação de etanol, dentre outras.



Tal como o açúcar os agentes envolvidos no setor no Brasil, inclusive o Estado, têm a ideia de que o etanol deveria se tornar uma commodity (produtos que funcionam como matéria-prima, produzidos em escala e que podem ser estocados sem perda de qualidade, como petróleo, suco de laranja congelado, etc.)

Outra singularidade do setor sucroenergético é a cogeração de energia elétrica através da queima do bagaço de cana-de-açúcar. Por ser uma indústria que se situa no campo. Existem grandes vantagens em ser autossuficiente em energia elétrica, além da possibilidade de comercializar o excedente.

Os tipos de colheita da cana-de-açúcar, manual ou mecanizada, geram implicações particulares tanto para a questão trabalhista, quanto para a questão ambiental. Ambas estão totalmente relacionadas ao setor. A mecanização da colheita, decorrente da lógica do próprio capital ou das legislações ambientais que restringem a queima da cana, gera impacto direto no nível do emprego temporário sazonal e indireto na redução dos salários e na pressão para o aumento da produtividade de cada trabalhador nas fazendas onde o corte ainda é manual (XAVIER; PITTA; MENDONÇA, 2011; CASTILHO, Et al, 2015).

A mecanização da colheita torna-se um meio de contornar ou evitar questões trabalhistas que são particularmente graves no setor; é também uma forma das grandes empresas se alinharem às exigências para obter certificações que atestem práticas de sustentabilidade social e, assim, evitarem restrições ao acesso aos mercados internacionais de açúcar e etanol. (CASTILLO, 2015).

## ***2.2 – Especialização territorial produtiva de Tanabi;***

Ao longo do tempo, principalmente após o período de instalação da usina Tanabi, 2006/07, a mudança no espaço produtivo regional do município de aproximadamente 25 mil habitantes, foi evidente. A competição com o capital estrangeiro se tornou desleal, e os pequenos e médios produtores se viam reféns de uma prática que se tornou comum, o arrendamento, por não ter um produto que lhes desse uma estabilidade como o aluguel de sua terra a grandes grupos usineiros na produção de cana-de-açúcar. Na tabela abaixo, podemos observar a discrepância quando comparamos a área plantada de cana-de-açúcar, em 2005, 2010 e 2015.

Tabela 2: Área plantada em hectares de cana-de-açúcar.

| Tabela 1612 - Área plantada, área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção das lavouras temporárias |       |       |        |        |        |        |        |        |        |        |
|--|-------|-------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| Variável - Área plantada (Hectares)  |       |       |        |        |        |        |        |        |        |        |
| Produto das lavouras temporárias - Cana-de-açúcar  |       |       |        |        |        |        |        |        |        |        |
| Município - Tanabi (SP)  |       |       |        |        |        |        |        |        |        |        |
| Ano  |       |       |        |        |        |        |        |        |        |        |
| 2005   | 2006  | 2007  | 2008   | 2009   | 2010   | 2011   | 2012   | 2013   | 2014   | 2015   |
| 2.100  | 3.000 | 5.000 | 22.000 | 22.000 | 22.000 | 18.000 | 26.000 | 30.000 | 30.000 | 30.000 |
| Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal  |       |       |        |        |        |        |        |        |        |        |

Tabela 3: Área plantada de cana-de-açúcar em comparação com outras culturas na região de Tanabi.

| Variável - Área plantada (Hectares)       |                                  |        |
|---|----------------------------------|--------|
| Ano                                       | Produto das lavouras temporárias |        |
| 2005                                      | Abacaxi                          | -      |
|   | Arroz (em casca)                 | 20     |
|   | Cana-de-açúcar                   | 2.100  |
|   | Milho (em grão)                  | 3.200  |
| 2010                                      | Abacaxi                          | 10     |
|   | Arroz (em casca)                 | 10     |
|   | Cana-de-açúcar                   | 22.000 |
|   | Milho (em grão)                  | 900    |
| 2015                                      | Abacaxi                          | 50     |
|   | Arroz (em casca)                 | -      |
|   | Cana-de-açúcar                   | 30.000 |
|   | Milho (em grão)                  | 1.100  |
| Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal |                                  |        |

Instalada, a usina inicia sua incessante busca por matéria-prima, aos moldes dos contratos de arrendamento, a monocultura canavieira tomou conta da região tanabiense. A produção aumentou exorbitantemente:

Tabela 4: Quantidade produzida de cana-de-açúcar, de 2005 a 2015.

| Tabela 1612 - Área plantada, área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção das lavouras temporárias |         |         |           |           |           |           |           |           |           |           |
|--|---------|---------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| Variável - Quantidade produzida (Toneladas)  |         |         |           |           |           |           |           |           |           |           |
| Produto das lavouras temporárias - Cana-de-açúcar  |         |         |           |           |           |           |           |           |           |           |
| Município - Tanabi (SP)  |         |         |           |           |           |           |           |           |           |           |
| Ano  |         |         |           |           |           |           |           |           |           |           |
| 2005   | 2006    | 2007    | 2008      | 2009      | 2010      | 2011      | 2012      | 2013      | 2014      | 2015      |
| 166.874  | 258.000 | 450.000 | 2.200.000 | 1.980.000 | 1.980.000 | 1.620.000 | 2.210.000 | 2.400.000 | 2.100.000 | 2.160.000 |
| Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal  |         |         |           |           |           |           |           |           |           |           |

Em 2008, a quantidade de cana-de-açúcar produzida cresceu exponencialmente. A matéria-prima necessária produzida para a usina funcionar por completo, com sua quantidade habitual, teve de crescer cerca de 450% de 2007 pra 2008. Essa mudança só foi possibilitada pela prática do arrendamento de terras.

|

## Capítulo 3 – Arrendamentos

O arrendamento é uma prática comum em algumas regiões sucroenergéticas, visto como uma alternativa em cidades onde não existem as cooperativas de cana-de-açúcar, como é o caso de Tanabi. A cooperativa mais atuante na região é a APLACANA, localizada em Monte Aprazível, município vizinho de Tanabi, a 16 km de distância ligado por uma vicinal precária. Segundo relatos de pessoas ligadas ao sindicato rural de Tanabi, a Usina presente no município não consegue atender a demanda de arrendamentos por si só, por isso é muito comum empresas terceirizadas contratadas pela usina para atender a demanda de matéria-prima através de mais arrendamentos.

### ***3.1 – A prática do arrendamento;***

O Estatuto da Terra foi criado em novembro de 1964 pelo governo militar, que havia derrubado através de um golpe o então presidente João Goulart, um dos maiores defensores do direito a terra na história do Brasil, com a intenção regular os direitos e obrigações relacionados aos bens imóveis rurais. O estatuto tem como finalidade a execução da reforma agrária e a promoção da política agrária no país. Os contratos agrários aparecem no documento, que constituem meios indiretos de intervenção do Estado na busca dos princípios agraristas, notadamente na busca da função social da propriedade e da justiça social.

A disciplina dos contratos agrários encontra-se no Estatuto da Terra, artigos 92 a 96, na Lei nº 4.947/66, artigo 13 e Decreto nº 59.566/66, que regulamenta o Estatuto da Terra. Estão presentes na regulamentação dos contratos agrários os princípios da função social da propriedade e da justiça social, tutelando os interesses das partes mais fracas nas relações contratuais e impondo, por isso mesmo, normas de ordem pública, que se sobrepõem à livre manifestação da vontade dos contratantes. Acima, pois, da vontade das partes, estão as normas estabelecidas no Estatuto da Terra e, de modo especial, no Decreto nº 59.566/66, que regulamenta os contratos agrários. Conforme elencado no artigo 92 do Estatuto da Terra e artigo 13, da Lei 4.947/66, os contratos agrários que a lei reconhece são os contratos de arrendamento e de parceria, que têm como finalidade a posse ou uso temporário da terra, entre o proprietário (que detém a posse ou tem a livre

administração do imóvel rural) e aquele que nela exerça qualquer atividade agrícola, pecuária, agroindustrial, extrativa ou mista.

O Arrendamento Rural Extraí-se do Decreto nº 59.566/66, que afirma: contrato agrário pelo qual uma pessoa se obriga a ceder à outra, por tempo determinado ou não, o uso e gozo de imóvel rural, parte ou partes do mesmo, incluindo, ou não, outros bens, benfeitorias e ou facilidades, com o objetivo de nele ser exercida atividade de exploração agrícola, pecuária, agroindustrial, extrativa ou mista, mediante certa retribuição ou aluguel, observados os limites percentuais da Lei. A principal característica do arrendamento é que o arrendatário, além de cobrir todos os riscos da atividade agrícola, se obriga a pagar quantia líquida e certa para o arrendador, sendo vedada, de acordo com o artigo 18 do Decreto 59.566/66, a fixação do valor do arrendamento em quantidade fixa de frutos.

Com relação a uma tendência nacional quando pensamos na terra no Brasil, concluímos que o país possui uma estrutura de propriedade da terra altamente concentrada, e confirmada pelos dados do Censo Agropecuário, de 2006, do IBGE. Essa concentração se dá desde nos tempos coloniais, apesar de ter sido agravada a partir dos anos 1960, com a implantação da Revolução Verde e do atual modelo agropecuário, baseado na modernização de grandes extensões de terras. Segundo o Incra, dos cerca de 437 milhões de hectares cadastrados no SNCR, o Sistema Brasileiro de Cadastro Rural, 120 milhões de hectares foram declarados pelos responsáveis dos estabelecimentos como improdutivos. Em outras palavras, perto de 15% das terras cadastradas no órgão responsável poderiam se constituir na oferta para atender à demanda por terras provenientes de trabalhadores sem-terra.

A falácia do desenvolvimento capitalista sustentável, fundada na crença de que o progresso tecnológico, voltado para a geração de “energia verde”, é suficiente para reverter a degradação do meio ambiente provocada pelos processos econômicos de alargamento dos lucros, é em si mesmo uma contradição. Fato que ocorre na medida em que a reprodução ampliada do valor, centrada na produção crescente de valores de troca, pressupõe uma extração crescente de matéria e energético da natureza, tendo em vista a fabricação de volumes crescentes de mercadoria (FURTADO, 1983).

A situação brasileira no mercado mundial é mascarada. Exemplo de uma economia que, mesmo tendo promovido de amplas transformações nas suas estruturas sociais, permanece relativamente estagnada em aspectos essenciais de

seu desenvolvimento, como a valorização e consolidação do mercado interno (ARRIGHI, 1998). Entender a verdadeira lógica na divisão internacional do trabalho hoje é essencial para compreensão de alguns conceitos nesse trabalho, visto que é utilizada muitas vezes para esconder o caráter explorador do capital embutido em discursos geopolíticos, que propõem formas para a “decolagem” econômica nos países em desenvolvimento, apenas de forma exportadora e exploradora.

### **3.2 - Diretrizes dos contratos;**

Importante que, além das diferenças de poder estabelecidas nas relações contratuais entre agroindústrias e produtores rurais, as assimetrias entre os próprios produtores rurais, sejam eles fornecedores de cana ou proprietários de terras, também são relevantes. Isso significa que os agentes sociais adotam ações sociais diferenciadas no que diz respeito aos contratos agrários firmados com as agroindústrias. Algumas condições são decisivas para proporcionar algumas vantagens ou desvantagens para os arrendadores e fornecedores de cana.

A cana-de-açúcar tem elevada especificidade locacional, uma vez que cana a mais de 50 km da usina inviabiliza o seu processamento, devido aos altos custos de transporte (NEVES; WAACK; MARINO; 1998). A localização geográfica dos imóveis também é um fator que pode contribuir ou dificultar o poder de negociação com as agroindústrias. Os imóveis situados próximos às unidades industriais são de grande interesse para a concretização das estratégias das usinas, pois quanto maior a quantidade de área contratada nas suas redondezas maior é a possibilidade de garantia da produção de matéria-prima. Assim, os proprietários com imóveis próximos às agroindústrias canavieiras na maioria das vezes conseguem negociar um valor do arrendamento maior que outros proprietários com imóveis mais distantes.

Modelo de contrato de arrendamento: Páginas 24 e 25.

## CONTRATO DE ARRENDAMENTO DE IMÓVEL RURAL

**ARRENDADOR:** (Nome), (nacionalidade), (profissão), (estado Civil), portador da cédula de identidade R.G. nº xxxxxx e CPF/MF nº xxxxxx, residente e domiciliado na (Rua), (número), (bairro), (Cidade), (Estado), e sua esposa (Nome), (nacionalidade), (profissão), (estado Civil), portadora da cédula de identidade R.G. nº xxxxxx e CPF/MF nº xxxxxx, residente e no mesmo endereço.

**ARRENDATÁRIO:** (Nome), (nacionalidade), (profissão), (estado civil), portador da cédula de identidade R.G. nº xxxxxx, e CPF/MF nº xxxxxx, residente e domiciliado na (Rua), (número), (bairro), (CEP), (Cidade), (Estado).

As partes acima identificadas acordam com o presente Contrato de Arrendamento de imóvel rural para fins de exploração agrícola, que se regerá pelas cláusulas seguintes:

### OBJETO DO CONTRATO

**Cláusula 1.** O OBJETO do presente instrumento é o imóvel constituído de uma Fazenda (Nome da fazenda), de propriedade do ARRENDADOR, situado na (Rua), (número), (bairro), (CEP), (Cidade), (Estado), registrada sob o n.º xxxxxx, do Cartório do xx Ofício de Registro de Imóveis, livre de ônus ou quaisquer dívidas.

**Parágrafo primeiro.** O imóvel objeto deste contrato possui área de xxx, conforme consta na descrição do cadastro do INCRA, sendo o mesmo entregue pelo ARRENDADOR ao ARRENDATÁRIO na data de assinatura deste contrato.

**Parágrafo segundo.** Fica obrigado o ARRENDATÁRIO a utilizar-se somente da área demarcada constante do documento em anexo.

**Parágrafo terceiro.** O ARRENDADOR também cede ao ARRENDATÁRIO todos os bens localizados na fazenda, quais sejam: (Descrever detalhadamente os bens).

### PRAZO

**Cláusula 2.** Este arrendamento terá prazo de xx meses, iniciando-se na data de xx/xx/xx com término em xx/xx/xx, devendo o ARRENDATÁRIO após findo o prazo de validade do presente contrato, devolver a fazenda e os bens nas condições em que foram entregues, efetivando-se sem a necessidade de notificação judicial ou extrajudicial.

### VALOR

**Cláusula 3.** O ARRENDATÁRIO, efetuará o pagamento do valor de R\$ xxxxxx (Valor) ao ARRENDADOR pelo arrendamento objeto deste contrato.

**Parágrafo primeiro.** Fica estipulado que o valor pago pelo arrendamento será reajustado anualmente de acordo com o índice (Índice para reajuste).

**Parágrafo segundo.** O pagamento deve ser realizado todo dia xx do mês de (mês) de cada ano, ou no primeiro dia útil subsequente da data de vencimento.

**Parágrafo terceiro.** A título de aluguel dos bens da fazenda, o ARRENDATÁRIO pagará mensalmente a importância de R\$ xxxxx (Valor), a ser paga mensalmente todo dia xx, ou no primeiro dia útil após a data de vencimento.

**Parágrafo quarto.** O valor do aluguel será reajustado anualmente, pelo mesmo índice relacionado no parágrafo primeiro desta cláusula.

**Parágrafo quinto.** Todos os pagamentos efetuados pelo ARRENDATÁRIO ao ARRENDADOR, serão precedidos de recibo.

**Parágrafo sexto.** São de responsabilidade exclusiva do ARRENDATÁRIO os financiamentos obtidos junto as instituições financeiras para o custeio do plantio, ficando proibido de dar em garantia produtos decorrente do plantio bem como os bens pertencentes a fazenda.



## LAVOURA E TERRAS

**Cláusula 4.** Fica obrigado o ARRENDATÁRIO, efetuar o plantio de acordo com as instruções dadas pelo ARRENDADOR, conforme documento em anexo.

**Parágrafo primeiro.** As terras que não forem utilizadas para o plantio, poderão ser utilizadas pelo ARRENDATÁRIO, para a criação de animais, desde que não prejudiquem as terras destinadas a lavoura.

**Parágrafo segundo.** Todos os produtos utilizados para o plantio serão de responsabilidade do ARRENDATÁRIO, devendo utilizar material de boa qualidade.

## DEVOLUÇÃO DA PROPRIEDADE

**Cláusula 5.** Ao termino do prazo do arrendamento, este poderá ser dilatado de acordo com a vontade das partes. Não havendo a prorrogação do presente contrato, cabe ao ARRENDATÁRIO devolver o imóvel objeto deste contrato, assim como todos os bens constantes deste instrumento.

## DISPOSIÇÕES FINAIS

**Cláusula 6.** Começa a vigorar este contrato entre as partes, a partida assinatura de ambos.

**Cláusula 7.** Fazem parte do presente instrumento, os documentos que descrevem a fazenda, bem como o comprometimento do ARRENDATÁRIO em seguir as orientações do ARRENDADOR.

**Cláusula 8.** Ficam obrigados os herdeiros, sucessores ou cessionários das partes contratantes pelo inteiro teor deste contrato.

**Cláusula 9.** As partes elegem o foro da comarca de (Cidade), para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do CONTRATO.

E, por estarem justas e convencionadas as partes e fiadores assinam o presente CONTRATO DE ARRENDAMENTO DE IMÓVEL RURAL PARA FINS DE EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA, juntamente com 2 (duas) testemunhas.

(Local, data, ano)

(Nome e assinatura do arrendador)

(Nome e assinatura do arrendatário)

(Nome, R.G., Testemunha)

(Nome, R.G., Testemunha)

O que se observa, na maioria dos casos, é uma visão de curtíssimo prazo, visando resultados imediatos. Os ativos envolvidos nesta transação são de elevada especificidade. Quanto maior a extensão das propriedades, maiores serão as chances das agroindústrias alcançarem seus objetivos expansionistas da cultura canavieira. Na maioria das vezes, as agroempresas mostram-se mais favoráveis na oferta de vantagens para concretização dos contratos de arrendamento ou fornecimento de cana.

## Capítulo 4 – O papel do Estado no investimento do setor sucroenergético

Na década de 1990, no Brasil, a política do “Estado mínimo” se destaca com a adoção do Neoliberalismo e, neste contexto, a postura do Estado, como provedor do desenvolvimento econômico e coordenador dos agentes e setores econômicos é diminuída. Posteriormente, observa-se a retomada da discussão da importância do Estado para o desenvolvimento, quando se passa a demandar ações do Estado neste sentido e para a superação de momentos de crise. O desenvolvimento econômico deve considerar a atuação do Estado, ora como orientador ora como promotor, bem como a importância de um sistema financeiro. O Estado por meio do sistema financeiro pode viabilizar o desenvolvimento econômico, fornecendo crédito, principalmente de longo prazo, para que ocorra a viabilização dos investimentos.

Assim, o sistema financeiro, principalmente público, deve alocar e equalizar recursos para diferentes setores e regiões, o que contribui para a diminuição das desigualdades econômicas, regionais e sociais, promovendo geração de trabalho e melhor distribuição de riqueza. No período de 2001 a 2008, o BNDES desembolsou recursos para 19 finalidades de uso, sendo elas: aquisição e recuperação de máquinas agrícolas; capital de giro; capitalização institucional financeira; cartão BNDES; desenvolvimento de mercado de capitais; desenvolvimento social; desenvolvimento tecnológico; expansão produtiva; financiamento de compra de máquinas e serviços; implantação de unidades produtivas; meio ambiente; modernização; pós-embarque; pré-embarque; racionalização; reestruturação social; refinanciamento; realocação; social corporativo.

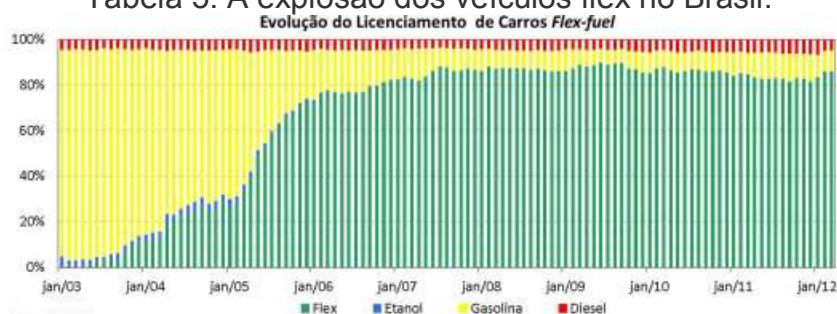
### **4.1 – Criação dos veículos flex-fuel;**

A partir de 2003 a produção de álcool hidratado carburante voltada para o mercado interno ganhou novo impulso com a vinda dos denominados automóveis flex fuel, ou total flex. A produção de automóveis e comerciais leves da categoria flex era de 49 mil unidades em 2003. Em 2006, pulou para 1,3 milhão de veículos, em 2010 foram 2,6 milhões de veículos flex produzidos e 2,95 milhões em 2013 – ano em que a indústria bateu recorde, chegando à marca de 20 milhões de unidades produzidas, segundo a Anfavea.

A frota circulante de motores flex corresponde a 60% da frota total de veículos, com a expectativa de atingir 80% até 2018. Com exceção da frota

destinada à exportação, praticamente 100% da produção destinada ao mercado interno é de veículos flex. Resultados que, de certa maneira, pegaram de surpresa a própria indústria automotiva, que não estava plenamente convencida da viabilidade comercial à época. “Quando lançamos o flex havia a incerteza sobre a receptividade do consumidor. Era esperado que ele ficasse com a pulga atrás da orelha no que se refere à qualidade e à eficiência do veículo. Mas a aceitação foi maravilhosa”, cita o vice-presidente da Anfavea, Henry Joseph Junior, em reportagem do Valor Econômico, em 18 de novembro de 2015.

Tabela 5: A explosão dos veículos flex no Brasil.



A partir de 2003, começou a corrida para o lançamento dos veículos flex em praticamente todas as montadoras.

No âmbito do mercado externo, duas aparentes oportunidades de ampliação dos negócios do complexo canavieiro do Brasil estão colocadas: a primeira delas está relacionada ao esperado aumento da exportação brasileira de açúcar em decorrência da ainda não concretizada revisão dos regimes açucareiros subsidiados dos países desenvolvidos; a segunda oportunidade advém da ampliação da exportação de álcool anidro para mistura à gasolina em muitos países, também principalmente nos desenvolvidos, o que está vinculado aos acordos decorrentes das determinações do Protocolo de Kioto. (RAMOS, 2011) Assim, novamente, a disponibilidade de crédito para a constituição, ampliação e modernização de canaviais e de fábricas de açúcar e de álcool tem sido recentemente a política mais ativa de apoio ao setor. Acrescente-se que com um motivador adicional: a produção de energia elétrica a partir do bagaço da cana.

#### 4.2 – Tendência corporativista estimulada pelo Estado;

Observamos que a partir dos anos 2000, principalmente após a crise de 2008 os números de incorporação de capital estrangeiro no setor sucroenergético no Brasil aumentaram consideravelmente.

Tabela 6: Produção brasileira de cana-de-açúcar, etanol e açúcar – de 2003/2008: período pré-crise financeira.

**Produção Brasileira de Cana-de-Açúcar, Etanol e Açúcar – Safra 2003/2004 à Safra 2007/2008**

| PRODUÇÃO                     | 2003/2004 | 2004/2005 | 2005/2006 | 2006/2007 | 2007/2008 | CRESC. MÉDIO (%) | CRESC. ACUM. (%) |
|------------------------------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|------------------|------------------|
| Cana-de-Açúcar (Mil t)       | 359.316   | 386.120   | 386.584   | 426.002   | 489.178   | 6                | 36               |
| Etanol (Mil m <sup>3</sup> ) | 14.809    | 15.413    | 15.936    | 17.763    | 22.238    | 8                | 50               |
| Açúcar (Mil t)               | 24.926    | 26.643    | 25.834    | 29.682    | 30.788    | 4                | 24               |

Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Após a crise de 2008, grandes empresas começaram a se interessar por negócios relacionados à terra, também pela cada vez eminente crise alimentícia pelos moldes da produção do agronegócio. O setor sucroenergético precisa se reorganizar e buscar um planejamento à longo prazo que determine as competências essenciais que mereçam investimentos, privilegiando e livrando de impostos, os pequenos e médios produtores, e não conglomerados empresariais. Na contramão, estão sendo criadas pelo Estado a fim de superar a crise financeira, a “fusão de grupos empresariais, visando a capitalização e o escalonamento das dívidas num horizonte de longo prazo já está acontecendo entre grupos nacionais estrangeiros” (GOES; MARRA, 2009). Outra medida encontrada pelo Estado foi a criação de uma linha especial de crédito pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES) para financiamentos ao setor. “A maior parte desses recursos têm sido utilizados para financiar fusões e aquisições. E a Petrobrás Biocombustíveis (PBIO) anunciou para o período 2009/2013. Investimentos da ordem de 2,4 bilhões de reais, dos quais 1,9 bilhões de reais serão destinados ao etanol. Desse total de 2,4 bilhões de reais, 945 milhões de reais serão investidos em 2009, 91% serão investidos no Brasil e 9% no exterior” (GOES; MARRA, 2009). Um caso famoso foi a entrada da petroleira Shell na produção de etanol, a partir de uma parceria com o Grupo Cosan, formando a empresa Raízen, controlando atualmente 24 usinas na região Centro-Sul. Cinco maiores empresas com capacidade instalada para moagem de cana-de-açúcar no Brasil na safra de 2010/2011, segundo relatório do Conab, *PERFIL DO SETOR DO AÇÚCAR E DO ETANOL NO BRASIL:*

- Raízen - 65 milhões
- Louis Dreyfus Commodities - 37 milhões
- ETH - 30 milhões
- Guarani/ Tereos - 21 milhões
- Petrobras - 21 milhões

(CASTILLO, 2015)

Além da diminuição no ritmo de crescimento da produtividade podemos observar; a internacionalização monopolista do setor, o aumento da dependência de créditos subsidiados, a expropriação de pequenos produtores, e consequente substituição de lavouras alimentares, além do aumento da exploração da força de trabalho. A acumulação desses compromissos ao nível do capital global alimenta uma possível crise, que pode aparecer no momento em que os devedores não consigam pagar o que devem, como na crise financeira de 2008, tendo que renovar suas dívidas com novos financiamentos.

O capital fictício passou a determinar a necessidade da produção de mercadorias e do aumento da produtividade, sendo esta inversão a característica particular desse momento, e o próprio aprofundamento da crise. A modernização retardatária brasileira ocorre, portanto, através de créditos subsidiados pelo Estado e inclui processos produtivos agrícolas através do uso de insumos químicos (como fertilizantes, inseticidas e herbicidas) e da mecanização. Este processo gerou aumento na composição orgânica dos capitais agrícolas e colocou a valorização crítica em um novo momento.

Em meio às preocupações do crescimento desenfreado da produção sucroalcooleira, principalmente no interior de São Paulo, como visto no trabalho, e suas incessantes buscas por lucro na região de Tanabi, o governo do Estado de São Paulo fomenta ainda mais o investimento de R\$ 60 milhões que será feito para ampliar a capacidade de moagem e produção, além de equipamentos nas áreas industrial, agrícola e de energia. O Governo do Estado vai reduzir o ICMS (*IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS e SERVIÇOS*) do etanol de 25% para 12%, diminuindo custos no escoamento de combustível para o porto de Santos.

“São mais de 60 milhões de investimentos aqui na usina de Tanabi aumentando a capacidade de moagem e um novo sistema de armazenamento de açúcar. Então é um investimento muito importante”, disse Alckmin durante a visita à

fazenda Tanabi, apurado pelo site tvterraviva.band.uol, em reportagem de 14 de março de 2017.

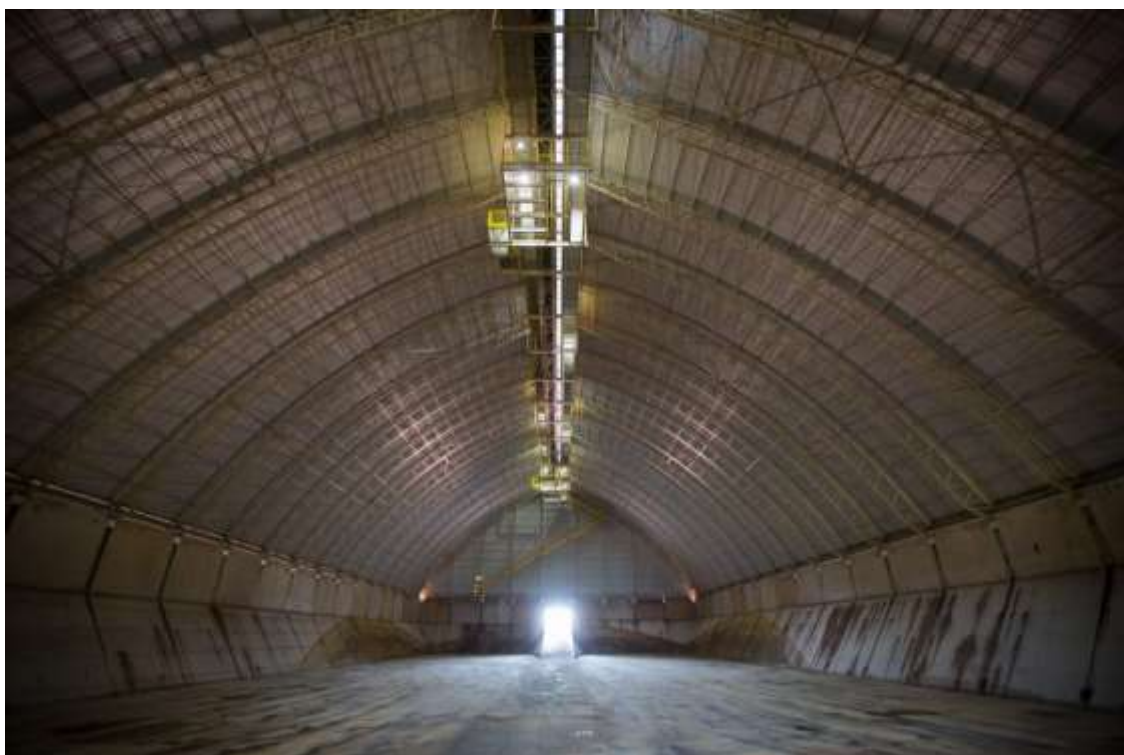
O novo armazém de açúcar, undade Tanabi:



[tereosinternacional.com.br](http://tereosinternacional.com.br)



[tereosinternacional.com.br](http://tereosinternacional.com.br)



[tereosinternacional.com.br](http://tereosinternacional.com.br)

Com isso, a capacidade total de moagem das unidades da empresa no Brasil crescerá 10%, de 20 milhões para a safra 2017/2018 saltando para 22 a 23 milhões de toneladas de cana para a safra 2020/2021. A Tereos voltou a ter 100 por cento de suas usinas no Brasil no final do ano passado, após comprar uma fatia de 45 por cento que a Petrobras detinha nos empreendimentos por 202 milhões de dólares. Retirado de: [tvterraviva.band.uol](http://tvterraviva.band.uol), em reportagem de 14 de março de 2017.

Isenção de impostos e o respaldo para atuação em solos tupiniquins para grandes oligopólios se firmam como uma marca do governo neoliberal. Outra notícia recente é de que o bairro de Ibiporanga vai ganhar a vicinal que o ligará até a Usina Guarani. A estrada é a TNB 318, que contará com 4,7km de pavimentação com três rotatórias. As obras foram iniciadas em agosto de 2017, com previsão de aproximadamente, 60 dias para a conclusão, vindo para auxiliar na chegada de matéria prima até a Usina e também no escoamento da produção. A poeira causada pelo trânsito de caminhões nas estradas de terra, também causava graves problemas respiratórios na população residente no distrito de Tanabi.

Alguns pontos podem ser destacados. A urgência de uma vicinal que atendesse as necessidades básicas para um efetivo funcionamento de uma multinacional, que, instalada em 2006, encontrou vários problemas infraestruturais,

isso porque não houve um planejamento territorial abrangente. A TNB 318 é confirmada, coincidência ou não, poucos meses depois do anúncio do novo depósito de açúcar citado acima. Há dez anos a população do bairro de Ibiporanga sofre com o trânsito de caminhões, que deixam partículas em suspensão no ar atmosférico da região, causando sérios problemas respiratórios nos moradores dos arredores da usina. A cidade ainda depende da política antiga do clientelismo, das emendas parlamentares, isso porque apesar de ter mais de 20 mil habitantes, a cidade não possui um plano diretor, previsto pelo estatuto da cidade de 2001, e tornado obrigatório a partir de 2004, virando refém de políticos locais que tentam tirar vantagem da alienação da população através das propagandas políticas falsas, como é o caso da vicinal TNB 318, que vem em um momento oportuno aos interesses do grande capital e, com dez anos de atrasos com relação ao bem estar do povo local. Fato que contribui para a visão crítica do marxismo moderno ao grande capital e os governos neoliberais, que caminham intimamente ligados, como exposto por Harvey, atendendo apenas o interesse das grandes corporações e não do povo em si, que se apresenta como o elo fraco dessa relação. Dados retirados do site da prefeitura de Tanabi.



## Conclusão

O trabalho traz questionamentos quanto ao uso e ocupação do solo, bem como sua produção, aos moldes do grande capital do agronegócio na região da cidade de Tanabi/SP, e os desdobramentos causados na infraestrutura, na economia, e no dia a dia de quem depende do cultivo da cana-de-açúcar.

Dentre as principais características do modelo de atuação da usina, podemos destacar:

1) o aumento considerável da produção de matéria-prima, visto a expansão horizontal da cultura canavieira, muito mais do que o aumento de rendimento;

2) a alta subordinação, mesmo dessas grandes empresas, em relação ao Estado para alcançar viabilidade econômica, em alguns casos, e competitividade em outros, através, principalmente, do financiamento da agricultura e da indústria;

3) a concentração e centralização de capitais no segmento industrial e o aumento da participação de empresas estrangeiras (Guarani/Tereos).

O Brasil é o principal produtor de açúcar e álcool mundial, sendo o interior do estado de São Paulo o maior do país, como a região de São José do Rio Preto, onde se insere Tanabi. O preço do combustível na região é alto, como no resto do Brasil, incompatível com a altíssima produção, e a monocultura latifundiária característica do interior de São Paulo.

Tal fato que ocorre pela maior parte da produção, como vimos na pesquisa, ser destinada a exportação, expandindo ainda mais os lucros das multinacionais e os oligopólios do setor sucroenergético presentes em nosso território. Regiões como essa, pela alta demanda, obrigam que o escoamento seja logisticamente planejado para que a qualidade do produto final seja mantida, o que também aparece como um dos maiores vilões atuais nos altos lucros das usinas, muitas vezes pela alta distância de seus fornecedores. Fatores que obrigam as empresas atuarem de maneira agressiva no mercado, apresentando uma competição desigual com os pequenos/médios produtores através do arrendamento de terras, forçando esses produtores locais a cederem à pressão do grande capital estrangeiro, tudo isso estimulado pelo Estado neoliberal, subsidiando e financiando grandes corporações que atuam no agronegócio.

O sonho para uma redistribuição das terras mais justa, na situação atual, parece mais distante no que nunca. A urgência de políticas voltadas ao

pequeno/médio agricultor fica escancarada com as disparidades tecnológicas quando comparamos a produção com uma usina multinacional, onde o capital tem condições de aplicar o melhor conhecimento em suas técnicas agrícolas. O que vemos é um Estado neoliberal, que proporcionalmente, faz sangrar o pequeno produtor com altos impostos, financiando, subsidiando, grandes corporações multinacionais cujo maior interesse é explorar nosso território para continuar a descontrolada busca por lucro.

## Referências:

- ARRIGHI, G. *A ilusão do desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
- CAMARGO, A.M.M.P., CASER, D.V., CAMARGO, F.P., OLIVETTE, M.P.A., SACHS, R.C.C., TORQUATO, S.A.; Dinâmica e tendência da cana-de-açúcar sobre as demais atividades agropecuárias, Estado de São Paulo, 2001-2006. São Paulo, v.38, n. 3, 2008. p.47-66.
- CAMELINI, João Humberto; AGRICULTURA DE PRECISÃO PARA CANA-DE-AÇÚCAR: EXPRESSÃO LOCAL DE UM PROCESSO GLOBAL, Artigos, Unicamp, 2013.
- CASTILLO, R.; Dinâmica recentes do setor sucroenergético no Brasil: competitividade regional e expansão para o bioma cerrado; GEOgraphia – Ano. 17 – Nº 35 - Dossiê – 2015
- COUTINHO, L.; FERRAZ, J.C. Estudo da competitividade da indústria brasileira. Síntese final. Campinas: FUCAMP, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo: Papyrus, 1994.
- FURTADO, C. O mito do desenvolvimento econômico. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- FONSECA, M. V. R.; LOURENZANI, W. L.; BERNARDO, R.; LOURENZANI, A. E. B. S.; Expansão da cana-de-açúcar e as mudanças no uso da terra no Escritório de Desenvolvimento Rural (EDR) de Tupã-SP. Espacios. Vol. 36. (Nº 01). 2015.
- GOES, T.; MARRA, R. 2009-2010 – Setor sucroenergético frente a crise mundial. EMBRAPA, 2009.
- HARVEY, David. O novo imperialismo. São Paulo: Loyola, 2004.
- \_\_\_\_\_. Condição pós-moderna. Trad. A. V. Sobral e M, S, Gonçalves. 7. ed. São Paulo: Loyola, 1992.
- MAIA, Carlos Roberto da Silva; ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de; BEZERRA, Israel Rodrigues; Crise energética e agrodiesel: determinações globais da produção capitalista do espaço agrário brasileiro. REVISTA NERA – ANO 19, Nº. 33 – SETEMBRO/DEZEMBRO DE 2016.
- NEVES, Marcos Fava; WAACK, Roberto Silva; MARINO, Matheus Kfourir; Sistemas Agroindustriais de cana-de-açúcar: caracterização das transações entre empresas de insumos, produtores de cana e usinas; Anais do XXXVI congresso da sociedade brasileira de economia e sociologia rural – SOBER – Poços de Caldas ( MG), 10 a 14 de agosto de 1998, vol.1, p.559-572.
- PAULILLO, L. F. Vian, C. E. SHIKIDA, P. F. MELLO, F. T. Alcool combustível e biodiesel no Brasil: Revista de Economia e Sociologia Rural, Brasília, DF, v. 43, n. 3, p. 531-565, 2007.
- RAMOS, Pedro; financiamentos subsidiados e dívidas de usineiros no Brasil: uma história secular e... atual?; história econômica & história de empresas XIV. 2 (2011), 7-32.
- SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo: USP, 2009.
- SANTOS, Milton. Metamorfoses do espaço habitado. Paulo: hucitec, 1988.
- SOARES, Selene de Souza Siqueira; PAULILLO, Luiz Fernando de Oriani e; GOVERNANÇA CORPORATIVA EM EMPRESAS SUCROALCOOLEIRAS E DE BIODIESEL: o novo mercado enquanto estratégia de capitalização; Informações Econômicas, SP, v.38, n.3, mar. 2008.

- VALE, Ana Lia Farias. Migração e Territorialização: As dimensões territoriais dos nordestinos em Boa Vista / RR. Unesp, Presidente Prudente, 2007.